



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG

Fone: (34) 3631-5765 – E-mail: pmi@ibia.mg.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 2.456 DE 18 DE MAIO DE 2020

“Dispõe sobre a adoção de Medidas Excepcionais, no âmbito do Município de Ibiá, em face da situação de emergência e/u do estado de calamidade pública decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Ibiá, Estado de Minas Gerais, aprovou e, eu, Prefeita Municipal, com a graça de Deus, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

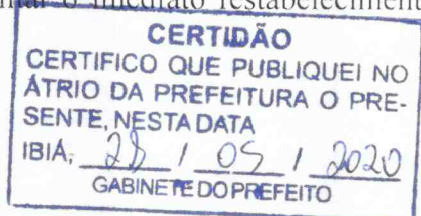
Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a adoção de medidas excepcionais, no âmbito do Município de Ibiá, em face da atual situação de emergência e/ou do estado de calamidade pública decorrentes da pandemia do novo coronavírus – COVID-19.

Parágrafo único - A presente Lei tem por finalidade minorar as consequências da paralisação dos serviços decorrentes dos contratos administrativos de transporte escolar, com desmobilização da mão de obra e equipamentos, a fim de evitar o custo de indenizações com desmobilizações e futuras mobilizações, além do risco de desestruturação prolongada das atividades administrativas e retorno as atividades escolares, no caso de eventual extinção dos contratos.

CAPÍTULO II

DA MEDIDA EXCEPCIONAL DE MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 2º - Fica a Administração Pública Municipal autorizada a realizar antecipação de pagamento dos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos de transporte automotivo escolar, com fornecimento de mão de obra e veículos, decorrentes de contratos administrativos exclusivos de pessoas físicas, visando à sua manutenção, de forma a possibilitar o imediato restabelecimento quando a paralisação das atividades escolares se findar.





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG

Fone: (34) 3631-5765 – E-mail: pmi@ibia.mg.com.br

Parágrafo único - A medida de que trata o caput deste artigo abarca o pagamento mensal, para manutenção dos contratos administrativos de transporte escolar, realizados nos termos das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, para os quais a prestação de serviços se encontre paralisada, total ou parcialmente, em decorrência das medidas de restrição de atividades envolvidas no enfrentamento ao novo coronavírus – COVID-19.

Art. 3º - A antecipação de pagamento autorizado nos termos do artigo 2º da presente Lei, fica fixada no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não podendo ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) do valor bruto apurado de acordo com o valor pago por quilometro multiplicado pela quilometragem fixada para cada linha de transporte escolar, durante o ano de 2020, para o respectivo contrato administrativo.

§ 1º - O quantum definido no caput deste artigo abrange as despesas mínimas com manutenção de pessoal, com o veículo cadastrado e do prestador de serviços, derivadas, estritamente, das disposições contratuais, a fim de que os prestadores de serviços permaneçam a disposição da Administração Pública para convocação imediata e com o equipamento (veículo) disponível e em perfeitas condições de funcionamento, independente de prazo de convocação para retomada da prestação dos serviços.

§ 2º - A paralisação parcial dos serviços não perfaz condição impeditiva para antecipação do referido pagamento definido no caput deste artigo.

§ 3º - A antecipação prevista no caput deste artigo ocorrerá mensalmente, a partir do início da paralisação na prestação dos serviços e, enquanto perdurar a referida situação de paralisação dos contratos de transporte escolar em razão do COVID-19, limitada aos meses de maio, junho e julho de 2020.

§ 4º - Em caso de retorno das atividades não coincidente com o início de mês, o percentual de que trata o caput deste artigo será devido de forma proporcional, fracionado com fundamento na quantidade de dias sob a medida de excepcionalidade de que trata este Capítulo.

§ 5º - Os pagamentos serão efetuados até os dias 30 de maio, junho e julho de 2020, respectivamente, mediante a apresentação de requerimento do contratado, acompanhado da assinatura de termo de garantia do crédito e nota promissória preenchida em nome do contratado, no valor de cada pagamento antecipado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG

Fone: (34) 3631-5765 – E-mail: pmi@ibia.mg.com.br

Art. 4º - Os prestadores de serviços deverão permanecer à disposição da Administração Pública Municipal e estarem preparados para prontamente retornarem à retomada integral dos serviços, com equipamento revisado e em perfeito estado de funcionamento.

Art. 5º - A compensação dos referidos valores antecipados, se iniciará com o término da paralisação dos contratos administrativos, por meio de abatimento sobre o montante mensal a ser pago ao Prestador de Serviços, em parcelas iguais até o término do contrato, observada a vigência do contrato de prestação de serviços.

§1º - O Prestador de Serviços que aquiescer com a antecipação de pagamento, autorizará que a administração pública promova as referidas compensações e, permanecerá à disposição para retomada imediata da prestação dos serviços.

§2º - Extinto o contrato administrativo de prestação de serviço antes do término da compensação de todo o montante antecipado, conforme a presente lei, a Administração Pública poderá promover a compensação integral sobre o montante a ser pago ao prestador de serviços.

§3º - Extinto o contrato administrativo e, não havendo saldo suficiente para compensação integral do montante antecipado, o Prestador de serviços será notificado para realizar a restituição do valor sobressalente, sob pena de execução judicial das garantias oferecidas à administração municipal.

CAPÍTULO III **DA DISPOSIÇÃO FINAL**

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei encontram-se previstas em dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal, especificamente as dotações já utilizadas para pagamento dos referidos contratos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiá/MG, 18 de Maio de 2020.


Dra. Marlene Aparecida de Souza Silva

Prefeita Municipal